

ANTÔNIO CONSELHEIRO CONTRA TODO MUNDO: CONFRONTOS NO SERTÃO DA BAHIA (séc. XIX)

Daniel Bohana Bastos*

RESUMO: *Durante muito tempo Antônio Conselheiro percorreu os sertões nordestinos em prol de melhorias nas localidades por onde passava. Construía e reformava igrejas e cemitérios, abria açudes, dava conselhos aos necessitados e falava sobre Deus. Foi um grande incentivador da realização dos sacramentos junto aos párocos das freguesias. Sua fama se espalhou pelos sertões. Seu séquito crescia a cada passo que dava rumo aos seus ideais. Os grandes fazendeiros perdiam mão de obra; os padres perdiam seus fieis; os coronéis perdiam seus eleitores. Tudo isso propiciou o surgimento das acusações, espalhou temores, suspeitas, preconceitos. Os jornais tratavam-no como um bando de fanáticos. Mas não atentaram ao fato de que ali estavam pessoas humilhadas, maltratadas, desiludidas e que buscavam na figura de Antônio Conselheiro um conforto e a esperança de ter um lugar para descansar longe das opressões.*

Palavras-chave: Antônio Conselheiro, República, Sertanejo, Igreja Católica.

INTRODUÇÃO

O tema abordado nesse artigo tem por finalidade pensar os episódios de confronto entre Antônio Conselheiro e os representantes do poder local, estadual e religioso bem como pensar a questão da conscientização dos sertanejos na luta pela posse da terra. O objetivo é discutir esses confrontos no período conturbado de transição de um regime político imperial para um republicano. Os contextos políticos nacional e baiano de finais do século XIX passaram a fomentar ainda mais as desavenças que cresciam no sertão. É importante notar como se deu as primeiras acusações, a projeção do Conselheiro e, não obstante, perceber a formação do arraial do Belo Monte não somente como um reduto de religiosos, mas também como uma alternativa à realidade da época. A leitura de livros e artigos referentes à temática fazem parte da base de elaboração desse trabalho que se interessa, sobretudo, sobre a importância de Antônio Conselheiro para a História do Brasil. Portanto, primeiramente faço uma breve consideração sobre contextualização política em que Belo Monte se viu envolvida. Em seguida, tento traçar um histórico da vida de Antônio Conselheiro para, enfim, tratar sobre os confrontamentos, chamando a atenção ao fato da consciência dos sertanejos de defender o seu quinhão de terra como um ponto a se considerar.

UMA BREVE CONSIDERAÇÃO

Não é estranho associar as perspectivas políticas de fins do século XIX como a responsável pela Guerra de Canudos. A Proclamação da República cavaría mais uns palmos de

* Graduado em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Católica do Salvador. Atualmente sou aluno do curso de Pós-graduação em História Econômica e Social do Brasil, da Faculdade São Bento da Bahia, e aluno do Curso Alternativo de História da Bahia: Antônio Conselheiro e o Episódio Canudos, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. E-mail: danielbohana82@gmail.com

terra para a opressão da gente mais humilde. Lá para as bandas do sertão baiano, relações de dependência permaneceram intactas e as disputas pelo poder local continuaram acirrando os ânimos dos grandes proprietários de terra. A esse cenário de controvérsias políticas e interesses econômicos soma-se a ausência de representantes de um clero regular que desse apoio aos sertanejos, o que proporcionou o surgimento e fortalecimento de beatos e de uma forma de religiosidade diferente da dita oficial. Apesar das missões religiosas nessas regiões que, em certa medida, substituíam o papel que deveria ser desempenhado pelo clero, o povo sertanejo continuou em regime de diáspora (SILVA, 1982, p. 32).

Mas não é correto pensar a Guerra de Canudos apenas por esse viés. Antônio Conselheiro foi um aglutinador do povo sertanejo. Líder incontestado do seu séquito, o Conselheiro não foi simplesmente um mero “bode expiatório” das desavenças entre gonçalvistas e vianistas. Até porque sua fama e os primeiros confrontos se dão justamente durante a década de 1870, muito antes da Proclamação da República e muito antes dessas desavenças em solos baianos. Portanto, as questões políticas não devem se sobrepor às religiosas, tão pouco às sociais. Sim, sociais! A formação de Belo Monte representa a luta pela posse da terra. Conscientemente ou não, os sertanejos lutaram também pelo seu quinhão de terra na Guerra de Canudos.

Os discursos inflamados da época partem de acusações muito atreladas à política. A conturbada República das Armas, em sua ânsia de se estabelecer e prevalecer enquanto regime sério e diferente associou ao Conselheiro a pompa de monarquista, ameaçador da jovem República. O embate com o Conselheiro, que começou desde os tempos de Império, com perseguições e repressões, tempo em que reconhecia o governo, portanto, deixou-se prender pelas autoridades, adentrou a República, com constantes desavenças, até o seu fim.

ANTÔNIO CONSELHEIRO

Antônio Vicente Mendes Maciel, popularmente conhecido como Antônio Conselheiro, nasceu em Quixeramobim, no Ceará. Ainda criança ficou órfão de mãe. O pai contraiu novamente casamento. A tradição conta que o mesmo pretendeu que o filho seguisse a carreira de sacerdote, mas sofria com os delírios que o alcoolismo proporcionava. No capítulo sob o título *A Trajetória do Peregrino*, do livro *Belo Monte: uma história da Guerra de Canudos*, Macedo e Maestri (2004, p. 15) relatam que Vicente Mendes Maciel, pai de Antônio Conselheiro, morreu, deixando ao único filho homem os negócios da família. Falam sobre o casamento de Antônio Vicente Mendes Maciel com Brasilina, e ainda sobre as constantes mudanças de moradia e profissão. Relatam ainda sobre a infidelidade da mulher, o que o fez abandonar tudo, e se retirar para outras localidades, dedicando-se ao magistério. Os autores ainda apontam que Antônio Vicente conheceu Joana Imaginária, uma mulher mística que esculpia imagens de santo em barro e madeira, com quem teve um filho. Mas sua alma de andarilho já lhe tomava todo o tempo, vivendo como vendedor ambulante acompanhando o trabalho dos missionários pela região. Provavelmente, sob tais circunstâncias conheceu o famoso Padre Ibiapina, que certamente o influenciou religiosamente.

José Calasans (1997), em *Cartografia de Canudos*, levanta dados preciosos sobre nascimento, parentesco, apadrinhamento e vida de Antônio Conselheiro. Sobre o interesse do pai na educação do filho, diz que “Vicente Mendes Maciel procurou dar ao filho uma instrução de melhor nível do que geralmente recebiam os meninos da época. Não fez, apenas, os estudos de

ler, escrever e contar. Frequentou aulas de latim...” (CALASANS, 1997, p. 29). Sobre a vontade do pai de que o filho seguisse carreira religiosa, Calasans (1997, p. 29) diz: “São ignorados os motivos do desejo paterno, se é que, em verdade, tivesse havido tal projeto de vida”. Macedo e Maestri (2004, p.16), sobre o que a tradição conta da vontade do pai, gozam da mesma opinião e afirmam que “Tenha ou não tenha existido o sonho sacerdotal, Vicente Maciel assegurou que o primogênito não crescesse iletrado como ele”. No que tange o alcoolismo de Vicente Maciel, Calasans (1997, p. 28) cita o depoimento de João Brígido (que conheceu a família de Antônio Conselheiro e dele foram amigo de infância): “Tinha momentos de cólera, principalmente se tocava em álcool. Era de uma valentia indômita e meio surdo”.

Macedo e Maestri (2004, p. 18) não hesitam em constatar que, se as informações referentes ao desejo do pai de Antônio Vicente de que o filho seguisse carreira eclesiástica, “significaria um inegável processo de ascensão social para uma família de origens humildes”. E de fato, diante das condições da época, saber ler e escrever colocava-o num patamar superior frente ao contingente analfabeto dos sertões nordestinos. De caixeiro viajante à peregrino, Antônio Conselheiro construía a sua história que, mais tarde, se interpolaria a própria História do Brasil.

OS CONFRONTOS NO SERTÃO DA BAHIA

A primeira notícia sobre Antônio Conselheiro é dada pelo Jornal O Rabudo em 22 de novembro de 1874. Nesse jornal constam informações importantes para a análise das injúrias que se fizeram propagar sobre o peregrino. Aí residem as primeiras deturpações registradas sobre a humilde história desse homem, tratado como aventureiro santarrão e responsável por levar após si uma multidão de fanáticos que o trata como santo e milagreiro.

Mas o primeiro confronto de Antônio Conselheiro se dá, curiosamente, com um representante do clero. Ele se desentendeu, em 1875, com o vigário da Freguesia de N. S. da Conceição do Aporá após solicitar o direito à pregação. José Calasans (1997, p. 36-37) explica que esse desentendimento aconteceu quando, ao retornar de Sergipe, o que o autor chama de *Hégira sergipana* – já que Antônio Conselheiro teria se refugiado em terras de Sergipe após um desentendimento com as autoridades do arraial de Sambaíba, onde supunham estar o “Bom Jesus” – se instalou na cidade de Aporá com o intuito de concluir as obras do cemitério local. Requereu, para tanto, permissão para solicitar esmolas, rezar o terço e exortar os fiéis por meio de prédicas. O padre local entrou em contato com o arcebispo que negou a solicitação. Ao saber disso, o Conselheiro não prosseguiu com as obras que realizava no cemitério local e saiu a pregar em outros sítios.

Inicialmente é estranho se pensar que logo no seio religioso o Conselheiro seria rejeitado. O que fazia senão realizar melhorias nas regiões por onde passava? Se era um atrativo para as paróquias, insistindo sempre junto à população sobre importância de se cumprir os sacramentos católicos, por que negá-lo o púlpito? Isso movimentava a precária renda dessas freguesias, alimentando o trabalho dos vigários.

[...] sobretudo antes da República, haveria complementaridade e não oposição entre a ação do Conselheiro e de seus beatos com a do clero nordestino [...] Era um infatigável pregador da excelência dos sacramentos da Igreja Católica Apostólica Romana como via segura para a salvação. Seus adeptos batizavam-

se, casavam-se, comungavam. Não devemos esquecer que essas práticas sacramentais eram a principal fonte de renda de vigários, que sobreviviam às duras penas nas miseráveis paróquias do interior (MACEDO; MAESTRI, 2004, p. 37).

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976, p. 239) aponta para a mesma questão ao afirmar que “desde o início a atitude da Igreja com relação ao novo profeta fora dúbia: ao lado de vigários que o apoiavam, outros havia que o acusavam”. Mas por que? Talvez pelo fato da fama e prestígio do Conselheiro ter sido mais relevante para a população do que um representante do claro oficial. Os sertanejos preferiram o ar acolhedor do peregrino ao ar de repreensão do vigário.

Passado esse ínterim, novamente outro confronto. Dessa vez seria levado à prisão. Em 1876, se desentendera com outro membro do clero oficial, o vigário de Itapicuru de Cima, D. Luís D’Amour. O crescimento do séquito e do prestígio do Conselheiro moveu as disputas políticas da região já naquele ano. Sendo preso e levado para Salvador acusado de cometer crimes no Ceará.

A popularidade do pregador e andarilho deu origem a especulações em torno de sua vida pessoal que acabaram espalhando-se por todo o Nordeste. Desde o século 19, criou-se um verdadeiro lendário, que ainda percorre os sertões: ele teria sido o autor de um duplo homicídio, ao matar involuntariamente a mãe e a esposa (MACEDO; MAESTRI, 2004, p. 34).

Se utilizando dessa fama, D. Luís D’Amour incitou a prisão de Antônio Vicente, solicitou às autoridades baianas que não permitissem que ele voltasse para a região de Itapicuru, o que foi atendido: foi mandado de volta para a sua terra natal sob a alegação de que o Conselheiro desrespeitava a autoridade do vigário. Contudo, as autoridades policiais da Bahia e de Fortaleza entenderam o fato como uma perseguição política contra uma liderança popular sertaneja.

Gregg Narber (2003, p. 54) resume o ocorrido de forma satisfatória na seguinte passagem:

Devido à existência de um infundado boato de matricídio e assassinato de sua infiel esposa – sua mãe morrera quando ele ainda era menino e sua esposa estava viva –, em vez de refutar as vagas acusações, ele voltou a sua cidade natal, Quixeramobim, para ser julgado pelos seus supostos assassinatos.

Galvão (2001, p. 33) ainda relata que esses boatos “continuariam e aumentariam até adquirir proporções teratológicas, criando a lenda [...] de um Antônio Conselheiro matricida e uxoricida”.

Após os episódios de Aporá e Itapicuru de Cima, o arcebispado da Bahia já tinha conhecimento dos “desmandos” do Conselheiro. Dessa forma o Arcebispo D. Luís, em 1882, enviou um ofício proibindo com veemência os supostos abusos que o Conselheiro estava cometendo. No ofício, apesar da proibição, o Arcebispo também julga que, caso fosse necessário, lhe comunicasse sobre as mesmas práticas para que assim pudesse acionar as autoridades.

Mas a crescente importância de Antônio Conselheiro para a grande massa sertaneja despertou ainda a curiosidade e a preocupação de muita gente, principalmente os donos das terras, os grandes fazendeiros. Quem era aquele homem que levava após si uma multidão de gente? De onde vinha tanto carisma? Os fazendeiros não pouparam pejorativos ao Conselheiro e sua gente.

Havia surgido alguém com mais prestígio do que eles e que lhes tirava a mão-de-obra barata. A Igreja também se opôs de forma contundente ao Conselheiro, visto como um concorrente. Com poderes absolutos para dirigir a massa, o Conselheiro se tornou um perigo real para a hierarquia eclesiástica, que passa, então, a admoestar a Igreja por meio de pastorais, a acusá-lo de subversivo, de ser um homem contra a religião, a ordem pública e o novo regime. Desse modo, a Igreja considerou que se tratava de um homem que devia ser combatido. Conselheiro passou a sofrer oposição por parte de uma Igreja, que já combatia os poderes políticos (QUEIROZ, 1965, p. 204).

Considerava-os fanáticos, arruaceiros, selvagens; sujeitos incapazes de entender e aceitar, diante da expressa religiosidade, a posição social a que estavam submetidos. Portanto, trataram logo de levantar suspeitas sobre as atitudes do homem que foi capaz de sustentar sua ideologia e realizar o sonho daqueles homens e mulheres presos aos laços de dependência com os grandes fazendeiros locais. Relatavam o medo da invasão e tomada das terras por parte dos conselheiristas, reclamavam a falta de mão-de-obra e a baixa produtividade, reivindicavam o respeito à autoridade.

A República agora deveria dar conta dos “mandos e desmandos” do Conselheiro. Era isso que os proprietários de terras exigiam. Mas, sobretudo, além dessas exigências, estava em pauta as frequentes contentas entre os gonçalvistas e vianistas – os primeiros tentando desestabilizar o governo dos vianistas – o que acabou proporcionando seqüelas irreparáveis.

O novo regime político fora combatido veementemente pelo Conselheiro. Não entendia como os homens aceitavam mansamente a separação entre Igreja e Estado e a obrigatoriedade do casamento civil. Para um homem de raízes notadamente católicas, isso era um absurdo. Tirar do trono um representante de Deus na terra? Inconcebível! Um governo que, anos antes, fora responsável pela abolição da escravatura agora estava sujeito ao fracasso, à traição. Além do mais a “lei do cão” trazia em seu bojo a cobrança abusiva de impostos. Daí nascera um novo confronto, dessa vez com ares de desobediência civil. O Conselheiro, indignado com essa cobrança, mandou queimar as tábuas dos impostos. Esse episódio ficou registrado como o “Choque de Natuba”, região onde aconteceu o incidente. Em suma: a República agredia as convicções religiosas do Conselheiro.

A força do peregrino já estava consolidada. Após seus anos de perambulação, encontrou um lugar ideal para repousar seu séquito. Nascia às margens do rio Vaza-Barris o povoado de Belo Monte. Uma espécie de comunidade solidária. Lá se refugiariam os pobres, os oprimidos, os cansados, os esperançosos, os negros, índios, mulheres, crianças, iam ao encontro do Conselheiro e encontravam tudo que procuravam: um pedaço de chão para plantar, uma casa para morar. Norma Moreira (2006, p. 57) destaca isso:

Vinham, simplesmente, em busca de uma vida mais digna, longe da opressão dos coronéis. Em Canudos, os escolhidos viviam suas vidas de maneira simples,

mas tinham a sensação de que estavam num mundo diferente. Um mundo onde todos se ajudavam e onde todos eram irmãos.

Com o arraial do Belo Monte em plena ascensão, o temor dos contrários só afloraram. De tal forma que a igreja organizou uma missão em 1895. O último episódio de “confrontamento” envolvendo o Conselheiro se dá justamente com a missão enviada pelo Arcebispo D. Jerônimo Tomé, sob a chefia dos freis capuchinhos João Evangelista do Monte Marciano e Caetano de São Leo, de onde emana o relatório deturpador sobre Canudos. Para Villa (1995, p. 77) o objetivo do relatório:

foi transformar Canudos num reduto que colocava em risco as instituições republicanas, subterfúgio utilizado pelo frei para impedir o crescimento do arraial e a proliferação pela região de outros movimentos religiosos que rompessem com a Igreja romana – as tensões no Cariri, Ceará, ocorrem nessa época –, a ênfase na defesa da ordem constitucional passou a ser o principal elemento de acusação ao peregrino.

Notadamente o relatório ganhou ares políticos por interesses vários, principalmente pelo fim da influência do Conselheiro sobre a massa sertaneja. Mas, ainda citando Villa (1995, p. 11), Canudos se fez apenas

uma referência concreta para os sertanejos, de uma comunidade religiosa que se sustenta, cresce, atrai novos moradores, mantém contatos intermitentes com vilas e arraiais da região, estabelece relações econômicas permanentes, servindo a religião como elo aglutinador para a comunidade.

Ai repousa o verdadeiro sentido do Belo Monte. Claro que a importância da religiosidade do movimento é de extrema e até espetacular relevância, mas não podemos deixar de analisar o fato de que a cidadela solidária repousa em questões da posse da terra. As dúvidas quanto a consciência ou não desse interesse por parte dos próprios sertanejos recaí sobre outras discussões, mas eles lutaram também pela terra conquistada ou doada pelo Conselheiro. Outro ponto que se pode analisar são as características comunistas do Belo Monte. Claro, se pensarmos que ali as pessoas viviam sob o manto de certa igualdade, já que todos tinham onde morar, o que plantar e o que comer, não vejo problemas em dizer que foi uma experiência comunista. Porém, havia uma distinção social, mesmo não sendo uma regra, mas não vai descaracterizar a experiência ora relatada.

Belo Monte não foi uma comunidade apenas religiosa. Para ali confluíram diversos tipos de pessoas: ladrões, assassinos, comerciantes. Mas se respeitava a ordem imposta pelo peregrino. Podemos afirmar sim, com toda a certeza, que Belo Monte se constitui enquanto alternativa perante a realidade do país, que foi uma sociedade solidária e diferente. Segundo Villa (1995, p. 83), “além disso, o arraial permitiu integrar as necessidades econômico-sociais às religiosas, concretizando plenamente o que, para os sertanejos, nunca deveria estar dissociado: a religião e a vida (VILLA, 1995, p. 83).

A guerra que veio mais tarde perpassaria por vários absurdos. Desde a questão da madeira para reformar a igreja, os telegramas inflamados sobre uma possível invasão dos conselheiristas por conta da demora da entrega dessa madeira, as intrigas do juiz Arlindo Leone, as tensões em Juazeiro até os embates entre a população, as tropas e os moradores do arraial,

chefiados por João Abade, em Uauá. Estava tudo pronto para as demais expedições que viriam para dizimar o Belo Monte.

Os confrontos terminam com o genocídio covarde do fim da Guerra de Canudos. Durante três expedições o arraial resistiu heroicamente, se valendo das possibilidades que a região lhe proporcionava e do despreparo do corpo militar que lá esteve. Mas a quarta e última expedição já encontrou um arraial cansado e devastado, pronto para ser abatido. Apesar disso, muitos moradores ainda foram fortes o suficiente para morrer em nome de Antônio Conselheiro e de suas convicções. Não se entregaram e nem fugiram. Estiveram ali, no seu pedaço de chão, até o último momento, até o expirar da batalha. O Conselheiro já havia morrido, não sei explicar o motivo. Alguns autores afirmam que morreu por conta de problemas de saúde. Fora vítima da sua própria escolha. Mas deve ficar marcado na História não apenas como um líder religioso, mas, também, como o responsável pelo mais importante movimento de luta pela terra do nosso país.

CONCLUSÃO

Os motivos relevantes para a ruína do arraial de Belo Monte, como se sabe, teve seus pressupostos estabelecidos pelas ideologias da época, pelas questões que envolviam a mestiçagem enquanto agente degenerador da sociedade brasileira, pelo teor político que transformou a resistência sertaneja em um foco de restituição monárquica, pelos preconceitos elitistas que minimizavam as causas canudenses, pelo processo de modificação clerical no Brasil, enfim por um conjunto de ideias pré-concebidas em torno de uma realidade desconhecida que passava a ter respaldo a partir do momento da tentativa de transformação social.

A clareza do acirramento das lutas que se desencadearam no sertão, onde os camponeses aspiravam por melhorias em suas vidas opondo-se ao sistema opressor permanente na República, ficou nas entrelinhas e nos pensamentos inertes dos anos que sucederam a Guerra de Canudos. Na história Belo Monte ficou manchado como inimigo da nação. Aqueles ninguéns, pobres, miseráveis, mestiços, supersticiosos, liderados por um fanático ensandecido ficaram submersos, relegados a uma “história vista de baixo” que o tempo pôde, enfim, trazer à tona contra a verdade que os fatos oficiais não contaram.

Apesar de alguns jornalistas do período terem tentado alertar sobre os crimes cometidos em nome da República, Canudos continuou sendo avesso ao progresso, portanto, foi merecedor do seu fim. Mesmo a voz de um dos grandes literatos do Brasil, Machado de Assis, que se posicionou contra as atrocidades ao declarar que: “um homem que com uma só palavra de fé e a quietação das autoridades congrega em torno de si três mil pessoas é alguém”, não foi suficiente para reverter a opinião pública.

O desfecho covarde, vindo com a guerra, satisfaz aos anseios dos responsáveis pela calamidade que se instalou na região. A população de Canudos resistiu ao embate, mas acabou sucumbindo ao poderio bélico, e às estratégias premeditadas do exército que comandou as expedições. Nas ruínas de Canudos ficaram as marcas da história contada de forma oficial e por muito tempo incontestável. Seu mártir, Antônio Vicente Mendes Maciel, bem como boa parte daquele Arraial, foi vítima da incompreensão e das interpretações do seu tempo.

Repensar os confrontos, reinterpretá-los a partir da conscientização dos sertanejos no que tange a posse da terra é de suma importância para uma nova concepção do que foi o movimento liderado por Antônio Conselheiro.

REFERÊNCIAS

CALASANS, José. Cartografia de Canudos. Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia / Conselho Estadual de Cultura, Salvador, 1997.

CENTRO DE ESTUDOS EUCLIDES DA CUNHA. Jornal **O Rabudo**. ANNO I ESTANCIA, DOMINGO 22 DE NOVEMBRO DE 1874. Nº 7. Publica-se aos Domingos; Província de Sergipe. Arquivo Digitalizado. Canudos Documentos. Volume 4. Notícia: **Antonio Conselheiro**. Disponível em: <http://canudos.portfolium.com.br/>. Acesso em: 10 de nov. de 2008 às 10h30min.

CENTRO DE ESTUDOS EUCLIDES DA CUNHA. Ofício do Arcebispo D. Luís. 16 fev. de 1882. Disponível em: <http://canudos.portfolium.com.br/>. Acesso em: 10 de nov. de 2008 às 10h30min.

DANTAS, Roberto. O peregrino e o arraial resistente: breves notícias de Conselheiro e Canudos. Salvador: Fundação Pedro Calmo, 2009.

GALVÃO, Walnice Nogueira. O império do Belo Monte: vida e morte de Canudos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo: Dominus, 1965.

SILVA, Candido da Costa e. Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia. São Paulo: Ática, 1982.

VILLA, Marco Antônio. Canudos: o povo da terra. Ed. Ática, 1995. CEDIC – Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia.

MACEDO, José Rivair; MAESTRI, Mário. Belo Monte - Uma História da Guerra de Canudos - Col. Realidade Brasileira - 2ª ed, Rio de Janeiro, 2006.

MONTE MARCIANO, João Evangelista do. Relatório apresentado pelo reverendo Frei João Evangelista de Monte Marciano, ao Arcebispado da Bahia, sobre Antonio Conselheiro e seu séquito no arraial dos Canudos. Tipografia do Correio da Bahia, 1895 (ed. em fac-símile pelo Centro de Estudos Baianos, Salvador, 1987). Arquivo Histórico Nossa Senhora da Piedade. **MORAIS, Norma Moreira de. Repensando os messianismos de Canudos e Juazeiro.** (Mestrado em Ciências da Religião) Universidade Católica de Goiás, 2006.

NARBER, Gregg. Entre a cruz e a espada: violência e misticismo no Brasil rural. 1 ed. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2003.